

Ações de Formação c/despacho > Imprimir (id #96674)

Ficha da Acção

Designação Dificuldades na aprendizagem da leitura: promoção da competência leitora com recurso à Plataforma "Ainda estou a Aprender"

Região de Educação **Área de Formação** A B C D

Classificação Formação Contínua **Modalidade** Oficina de Formação

Duração

Nº Total de horas presenciais conjuntas 25 Nº Total de horas de trabalho autónomo 25

Nº de Créditos 2

Calendarização

Entre 1 e 12 (meses)

Cód. Área C05 **Descrição** Didácticas Específicas (domínio científico específico),

Cód. Dest. 99 **Descrição** Professores de ensino básico, secundário, educação especial e educadores de infância

Dest. 50% **Descrição**

Nº de formandos por cada realização da acção

Mínimo 10 Máximo 20

Reg. de acreditação (ant.)

Formadores

Formadores com certificado de registo

B.I. 5953106 **Nome** MARIA DE LURDES GOMES DA COSTA **Reg. Acr.** CCPFC/RFO-04259/97

Componentes do programa Todas as componentes da acção de formação **Nº de horas** 25

B.I. 11061161 **Nome** ANA SOFIA MARQUES MELO **Reg. Acr.** CCPFC/RFO-13694/01

Componentes do programa Todas as componentes da acção de formação **Nº de horas** 25

Formadores sem certificado de registo

Anexo B

A preencher nas modalidades de Oficina, Estágio, Projecto e Círculo de Estudos

Razões justificativas da acção: Problema/Necessidade de formação identificado

A primeira etapa de qualquer dificuldade consiste, por um lado, na consciencialização da criança sobre o seu real problema e nas suas possibilidades de recuperação e, por outro, no reforço positivo de todas as suas respostas adequadas e do seu desenvolvimento de forma mais ampla. Esta etapa tem por objetivo proporcionar uma auto-estima mais positiva e a motivação necessária para a implementação do programa delineado (Capovilla e Capovilla, 2002). Esta incorporação da dimensão afetiva e emocional é imprescindível em qualquer programa de intervenção, quer ele seja tanto dirigido a crianças com um desenvolvimento normal, quer tenha como destinatários crianças que experimentam dificuldades de aprendizagem. Na prática implica procurar materiais e atividades atrativas e que vão ao encontro do interesses e necessidades dos alunos, proporcionando experiências de leitura que sejam encaradas como gratificantes e compartilhadas, onde se valorize as mensagens e os textos criados pelas próprias crianças e se fomente as interações e a ajuda entre os companheiros (Citoler, 1996; Cruz, 1999).

Segundo Bryant e Bradley (1987), a intervenção nos problemas de leitura deve contemplar quatro aspetos fundamentais. Deste modo, deve aumentar a consciência do aluno em relação aos sons nas palavras, demonstrar como fazer generalizações sobre o soletrar, enfatizar e evidenciar as conexões entre a leitura e a soletração e entre os aspetos fonológicos e visuais da leitura e da escrita e, ainda, salientar que os alunos com problemas neste domínio abordam a leitura de modos diferentes.

O ensino da Língua Portuguesa reveste-se de uma importância que vai muito para além do que está consignado nos Programas de Português do Ensino Básico (Reis; Dias; Cabral [e tal.], 2009), pois engloba o desenvolvimento de uma visão holística que, no essencial, é capaz de desenvolver, além das competências cognitivas, competências desenvolvimentais, atitudinais e reflexivas, por isso, integradoras do ser humano na realidade histórico-factual de que faz parte. Sabemos que nem sempre se torna fácil ao professor de cada turma encontrar o ponto de interseção capaz de unir interesses tão diversificados que estão subjacentes ao ensino da língua.

Esta "Oficina de Formação" que vimos propor permitirá aos professores desenvolver/construir algumas estratégias de trabalho ao nível da avaliação e intervenção com crianças com dificuldades de aprendizagem e inscreve-se no Plano de Acção Estratégica de escolas associadas ao CFFH.

Efeitos a produzir: Mudança de práticas, procedimentos ou materiais didácticos

Esta oficina de formação visa a atualização de conceções acerca da promoção do desenvolvimento do domínio da linguagem oral, da leitura e abordagem à escrita da área curricular da expressão e comunicação (ME, 1997) no contexto de sala de aula, à luz dos principais resultados das mais recentes investigações nesses domínios. Mais concretamente, esperam-se, no final da oficina, mudanças nas práticas dos formandos ao nível da sala de aula, pois, nas sessões presenciais, visa-se a criação/construção de materiais didáticos adequados que motivem os alunos para desenvolverem competências ao nível da leitura.

Espera-se também que os professores criem dinâmicas formativas que fomentem o intercâmbio e a partilha de experiências e/ou de materiais pedagógicos que levem à inovação pedagógica em contexto de sala de aula.

Esta oficina deve ser assumida como um espaço de formação/ação onde, coletivamente, se desenham e partilham estratégias que levem:

1 - Ao incentivo da leitura, levando o leitor (criança e jovem) a querer estabelecer, com o texto literário, uma participação interativa e dialética capaz de lhe proporcionar a solução dos desafios interpretativos;

2 - À promoção de aprendizagens ativas, significativas, integradas e integradoras, afastadas do modelo meramente transmissivo que pouco considera as potencialidades individuais dos alunos ou as experiências de partilha de saberes entre pares, em situações de aprendizagem cooperativa e concreta;

3 - À divulgação das intervenções pedagógicas e didáticas que emancipem a perspetiva universalizante da leitura;

4 - À comparação das conceções tradicionais de aprendizagem de leitura e escrita vs a noção de literacia

5 - À análise/debate de programas integrados de desenvolvimento linguístico e compreensão da linguagem escrita.

Pretende-se, enfim, estender ao nível educativo do ensino básico, a dinâmica de formação nos agrupamentos de escolas no âmbito do ensino da língua, ancorada em instituições de ensino superior, iniciada com a implementação do PNEP.

Melhorar a qualidade das aprendizagens a língua portuguesa ao nível do 1.º, 2.º e 3.º CEB.

Operacionalmente pretende-se:

a) Aumentar o número de alunos nos níveis superiores de desempenho A, B

b) Reduzir o número de alunos com nível D e E.

Conteúdos da acção

Os conteúdos enunciados assumem-se como "pano de fundo" do trabalho oficial a desenvolver nas sessões presenciais:

I. Dificuldades na aprendizagem da leitura: Questões concetuais - 7h

- Definição e questões terminológicas;

- O modelo simples de leitura. A definição de perfis de dificuldades;

- Avaliação e intervenção. Orientações e fundamentação teórica. Opções tomadas na Plataforma "Ainda estou a Aprender" (AEA);

-A 'comorbilidade' dos problemas de leitura;

-A tecnologia ao serviço da intervenção. As potencialidades das TIC na avaliação e na intervenção nas dificuldades na aprendizagem da leitura (DAL).

II. Avaliação de dificuldades na aprendizagem da leitura - 8h

- A sinalização de alunos com DAL. O recurso a provas estandarizadas, análise e discussão de casos;

- Avaliação baseada no currículo: racional;

- Competências avaliadas na plataforma AEA (Consciência fonológica, Identificação de letras, Articulação de sílabas e constituintes silábicas; Fluência de leitura de palavras apresentadas de forma isolada; Fluência de leitura de textos; Compreensão). Planificação da avaliação;

-A elaboração de relatórios a partir da plataforma. A devolução de informação. A definição de perfis de dificuldades;

- O papel do aluno no processo de avaliação;

- Análise e discussão de casos;

III. Da avaliação à intervenção - 10h

- Dos perfis de dificuldade à definição do plano de intervenção. Seleção das atividades na plataforma AEA;

- Implementação de um plano individualizado de intervenção;

- Contextos de implementação. A articulação entre a escola e a família;

- Análise e discussão de casos.

Metodologias de realização da acção

A modalidade Oficina de Formação parece ser a mais adequada para se desenvolver o trabalho de formação proposto já que possibilitará o recurso a uma metodologia de trabalho assente na ação.

Esta metodologia ativa de implicação dos formandos contribuirá para concretizar os princípios orientadores que presidem a esta modalidade formativa e que terão em conta:

- A necessidade de envolver o grupo de formandos no aprofundamento de conhecimentos e na produção de materiais/estratégias (em sessões presenciais) e a sua experimentação em contexto de sala de aula (sessões de trabalho autónomo).

- A construção de procedimentos que levem ao envolvimento das famílias no ato da leitura;

- A possibilidade dos formandos, a partir do acesso a documentos, plataforma e bibliografia referenciada, poderem desenhar estratégias adequadas para o desenvolvimento de competências dos alunos, no âmbito da leitura;

- Uma reflexão crítica sobre a problemática da aprendizagem da leitura que afeta o sucesso escolar dos alunos, em particular em territórios educativos que acolhem populações escolares problemáticas;

- A necessidade de maximizar a participação e a reflexão dos formandos a partir do contacto com instrumentos e práticas experienciadas da aprendizagem da leitura noutros contextos escolares e propostos pela formadora e/ou pelo grupo de formandos;

- A necessidade de envolver o grupo de formandos na produção e experimentação de materiais promotores do desejo de LER, identificando conteúdos relevantes ao nível dos valores ético-morais para o desenvolvimento da competência leitora dos textos dos programas e dos textos propostos no âmbito da plataforma (AEA) numa perspetiva de melhorar a competência leitora dos alunos;

Articulando as razões atrás enunciadas poder-se-á compreender melhor as possibilidades formativas da "Oficina de Formação" e algumas das condições necessárias à prossecução dos objetivos que justificam a opção por essa modalidade formativa, sobretudo pelo facto da implicação dos participantes nas oficinas poder ser potenciada pela construção e análise de materiais e dispositivos de gestão de conflitos, pela possibilidade de experimentação desses materiais nas salas de aula, pela possibilidade de reorientação de algumas das suas práticas pedagógicas procurando uma assertividade tendente à diminuição dos casos de crianças com dificuldades de leitura e escrita nas escolas, e ainda pela riqueza da partilha dessa experimentação de materiais e soluções organizacionais de sala de aula entre todos os docentes presentes na ação.

Em suma, a oficina organizar-se-á em três passos sequenciais: sessões presenciais conjuntas (exploração e debate sobre os conteúdos e desenho de estratégias para aplicar aos alunos); sessões de trabalho autónomo (num total de 25 horas intercaladas com as 25 horas de sessões presenciais) para aplicação aos alunos das estratégias gizadas, para aferição dos resultados obtidos e respetivos registos; sessões presenciais conjuntas, para apresentação dos resultados obtidos, respetiva discussão e partilha e eventual reformulação.

Regime de avaliação dos formandos

De acordo com o RJFC – DL 22/2014, de 11 de fevereiro - e nos termos dos nºs 5 e 6, do artigo 4.º do Despacho 4595/2015, de 6 de maio, a avaliação dos formandos é expressa numa classificação quantitativa na escala de 1 a 10 valores, de acordo com as menções definidas no ponto 6 do mesmo diploma e é atribuída com base nos indicadores

abaixo apresentados e respetiva ponderação:

- Envolvimento nas atividades/tarefas das sessões presenciais – 25%
- Qualidade do trabalho desenvolvido autonomamente – 60%
- Relatório crítico individual – 15%

Nota: As faltas dos participantes são limitadas a um terço das horas de formação

Forma de avaliação da acção

A avaliação da acção será realizada nos termos dos artº 3º do Despacho 4595/2015, de 6 de maio, através de:

- Questionário aos formandos (online): avaliação da ação, do formador e do CFAE;
- Relatório de reflexão crítica dos formandos;
- Relatório do/s formador/es;
- Análise e tratamento dos dados pela Direção do CFAE

Bibliografia fundamental

- Bryant e Bradkey (1985). Problemas de Leitura na Criança. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bryant, P. e Bradley, L. (1987). Problemas de leitura na criança. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Citoler, S. e Sanz, R. (1997). A leitura: Avaliação e intervenção educativa, In Bautista (Coord.), Necessidades Educativas Especiais, 137-158. Lisboa: Dinalivro; 1997.
- Citoler, S.D. (1996). Las dificultades de aprendizaje: un enfoque cognitivo - Lectura Escrita, Matemática. Málaga: Ediciones Aljibe.
- Cruz, V. (1999). Dificuldades de Aprendizagem: Fundamentos. Coleção Educação Especial. Porto Editora.
- Capovilla, A. G. S.; Capovilla, F.C. (2002). Problemas de leitura e escrita. São Paulo: Memnon, Fapesp.
- C. Reis. C. Cabral (2009). programa de Português do Ensino Básico.
- Dionísio, M. L. T. e Pereira, I. S. P. (2006). A educação pré-escolar em Portugal: concepções oficiais, investigação e práticas". Perspectiva Florianópolis, v. 24, nº 2, pp. 569-596, jul./dez. 2006.
- Freitas, M. J.; D. Alves e T. Costa (2008). O Conhecimento da Língua: Desenvolver a Consciência Fonológica. Lisboa: DGIDC – Ministério da Educação.
- Giasson, J. (1993). A compreensão na leitura. Porto: Edições Asa.
- Mata, L. (2008). A Descoberta da Escrita: Textos de apoio para Educadores de Infância. Lisboa: ME- DGCI.
- M. E. (1997). Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar. Departamento de Educação Básica - Núcleo de Educação Pré-Escolar
- M. E. (2001). "Decreto-Lei nº 240/2001 – Perfil geral de desempenho profissional do educado de infância".
- Martins. e I. Niza (1998). Psicologia da Aprendizagem da Linguagem Escrita. Lisboa: Aberta.
- National Research Council (2008). Começar com o pé direito: um guia para promover o sucesso na leitura. Porto: Porto editora
- Pereira, I.S.P. (2003). "Como é possível preparar os alunos do nível pré-escolar para a compreensão na leitura?". In Viana, F., Martins, M. e Coquet, E. (Coord.). Leitura, Literatura Infantil e Ilustração. Investigação e prática docente. Braga: Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho, pp. 43-48.
- Sim-Sim, I. (1988). Desenvolvimento da Linguagem, Lisboa: Universidade Aberta.
- Sim-Sim, I. (1997). Avaliação da Linguagem Oral: um contributo para o conhecimento do desenvolvimento linguístico das crianças portuguesas, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sim-Sim, I. (2001). "Aprender a ler: quando começar e como", Noesis 59, pp. 28-33.
- Sim-Sim, I. (coord.) (2006). Ler e Ensinar a Ler, Porto: ASA Editores.
- Sim-Sim, I.; A. C. Silva e C. Nunes (2008). Linguagem e Comunicação no Jardim-de-Infância. Lisboa: DGIDC – Ministério da Educação.
- Viana, F. L. P. (2001). Melhor Falar para Melhor Ler, Braga: Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho
- Viana, F. L. e Teixeira, M. M. (1999). Aprender a Ler: Da Aprendizagem Informal à Aprendizagem Formal. Lisboa: Edições Asa.

Consultor de Formação

B.I. 10273715 **Nome**

Especialistade Formação

B.I. **Nome**

Processo

Data de recepção 03-11-2016 **Nº processo** 95867 **Registo de acreditação** CCPFC/ACC-89246/16

Data do despacho 14-12-2016 **Nº ofício** 7775 **Data de validade** 14-12-2019

Estado do Processo C/ Despacho - Acreditado